

ARQUIVO MUNICIPAL DE PALMELA

Newsletter 6 | novembro 2012

FESTA DAS VINDIMAS 1969 – 1999 EM DVD

Compilação dos momentos mais representativos da

Festa das Vindimas pelo Arquivo Municipal de Palmela com divulgação documental vídeo

“Com recurso ao espólio documental vídeo depositado no Arquivo Municipal foi possível converter para suporte digital as imagens existentes registadas ao longo dos anos desde 1969 até 1999.

Esta iniciativa, alicerçada na preocupação da preservação documental dos nossos registos em vídeo, começou com um amplo trabalho de conversão para suporte digital de todos os antigos formatos, desde o filme de 8 mm até ao VHS levado a cabo pela Divisão de Comunicação. Pretende-se ainda que esta iniciativa possa potenciar o contributo dos nossos Municípios que possuam as suas próprias recolhas de imagem, mesmo em antigos suportes, de modo a fazer chegar ao Arquivo Municipal novos antigos registos que permitam dar continuidade a este projeto, com vista a produções futuras.”

Luis Miguel Calha

Vereador da Câmara Municipal de Palmela

Para visionar o vídeo:

<http://www.youtube.com/watch?v=9o63cHR1jNs>

Página da Internet no Site da Câmara Municipal de Palmela, visitável em:

<http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/Arquivo+Municipal/>



DIGITALIZAÇÃO, REGISTO E

DESCRIÇÃO DE UNIDADES DE SÉRIES DOCUMENTAIS

Podem ser consultadas na aplicação informática do Arquivo os registos e descrição das 4622 Deliberações das Atas das Reuniões de Câmara Municipal datadas de 1981 e 1982, das 11164 Propostas de Reunião de Câmara Municipal datadas de meados de 1989 a 2007 e de 2011 a 2012 e dos 1948 Registos inseridos com a datação de Janeiro de 1914 a Dezembro de 1932, disponíveis para consulta na aplicação do X-Arq. Estão ainda disponíveis à consulta na aplicação informática do Arquivo 868 imagens fotográficas digitalizadas da Coleção Américo Ribeiro, 84 imagens da Coleção António Passaporte, 22 imagens da Coleção José Artur Leitão Bácia e 52 imagens da Coleção de Postais, com um total de 1420 descritores associados do Thesaurus em construção para as Coleções Fotográficas. A pesquisa pode assim ser efetuada a partir de um ou mais descritores do interesse do utilizador, com a vantagem da restrição do universo a resultados específicos.



Palmela, vista da Igreja de São Pedro (erradamente legendada “Santa Maria”) e casario envolvente. Postal António Passaporte, meados do séc. XX. Arquivo Municipal de Palmela.

PROJETO DE RECOLHA DE FOTOGRAFIA

“Uma imagem, Mil Memórias”

O Arquivo Municipal de Palmela pretende efetuar a recolha do património fotográfico do Concelho. Para a concretização deste objetivo, convidamos a população e o Movimento Associativo a se unirem ao Projeto de Recolha de Fotografia “Uma Imagem, Mil Memórias”, emprestando as suas fotografias para digitalização, tratamento e divulgação.

As temáticas pretendidas são variadas: Atividades culturais; Atividades desportivas; Atividades políticas; Atividades profissionais; Atividades religiosas; Cenas da vida familiar; Património edificado; Vida militar; Outras de particular interesse.

A divulgação deste Projeto foi feita através da exposição das fotografias de Américo Ribeiro, que esteve patente em todas as freguesias do concelho de Palmela; e através da colaboração entre o Arquivo Municipal e o Jornal “Diário da Região” na publicação de uma imagem antiga por semana.

O Projeto de Recolha de Fotografia já conta com a participação de nove entidades /municípios, tendo-se digitalizado 300 imagens cedidas.



Palmela, inauguração da Colónia de Férias da antiga União Eléctrica Portuguesa, 1954. Da esquerda para a direita: Gracinda “do Moinho”, Risetete Machado, Lurdes e Adélia Oliveira. Foto gentilmente cedida por Adélia Oliveira. Arquivo Municipal de Palmela

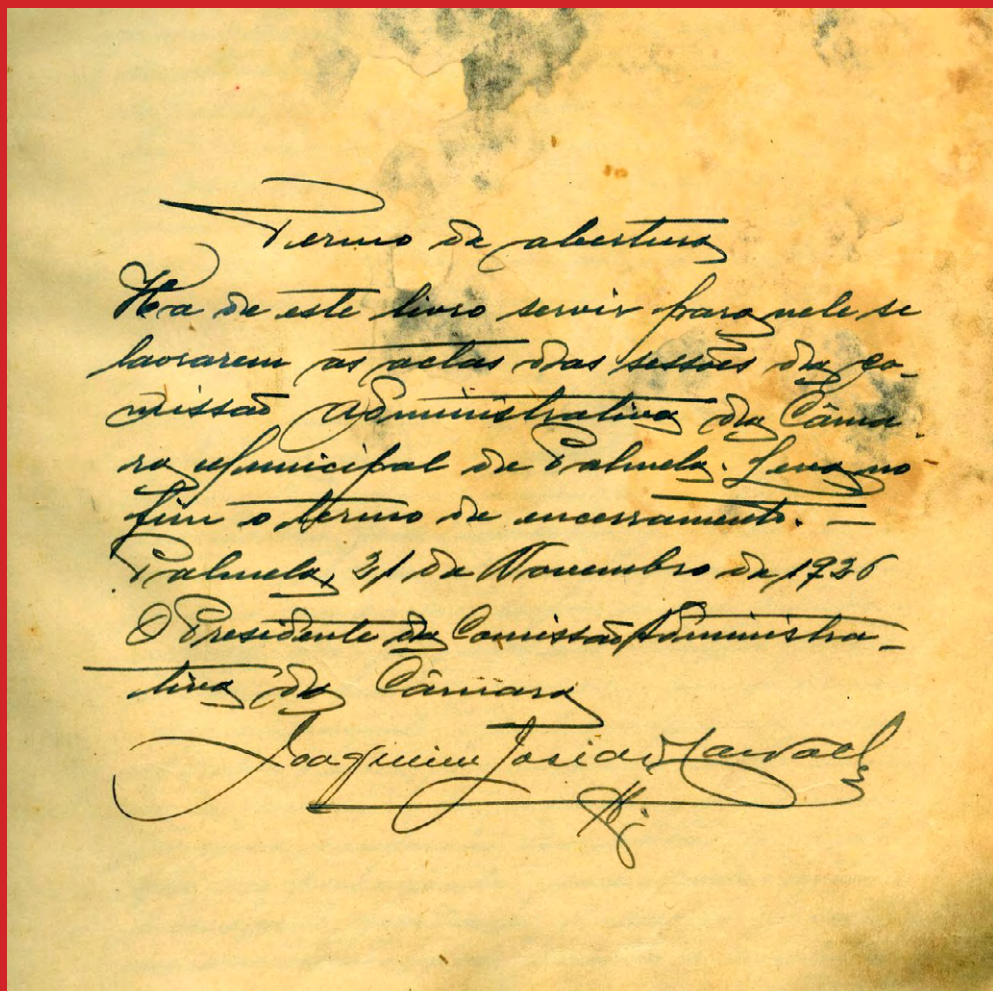
DOCUMENTO EM DESTAQUE

Roteiro da Restauração do Concelho de Palmela em Documentos

O Arquivo é não só o resultado da atividade de uma instituição, mas também um agregador da memória e dos registos da história de uma comunidade; é uma prova e testemunho dos acontecimentos. A Restauração do Concelho de Palmela, acontecimento celebrado em Novembro, seus antecedentes e suas consequências são atestados por documentos de arquivo.

Apresenta-se de seguida um Roteiro destes acontecimentos com base em alguns documentos de arquivo selecionados.

Ler +



Termo de Abertura do Livro de Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Palmela, datado de 21 de Novembro de 1926, assinado por Joaquim José de Carvalho.

Ao comemorarmos a Restauração do concelho, estamos a celebrar o resultado dos esforços dos restauradores Joaquim José de Carvalho, Manuel Machado de Oliveira, Vitor Leão Pacheco, Pedro Augusto da Fonseca, Agostinho Augusto Pereira e Padre Moisés da Silva; esforços estes que traduziam a vontade de toda uma população na sua autodeterminação.

A extinção do concelho de Palmela em 1855 e sua integração no Concelho de Setúbal votou Palmela ao “abandono e esquecimento” (1930, p. s/n) nas palavras de Joaquim José de Carvalho registadas na publicação “A Vila de Palmela” editada pela Câmara Municipal de Palmela em 1930:

“Desde então, até certo tempo, nunca mais se fizeram melhoramentos de grande monta nem os indispensáveis, pelo contrário, muito lentamente fomos perdendo o que de bom possuíamos. (...) A todo este cataclismo, sobreveio o isolamento, a monotonia. O povo e a terra apresentam-se melancolicamente.” (1930, p. s/n)

Palmela protestou sempre contra a extinção do seu concelho e nunca cessou a luta para conseguir a Restauração. A prova material destes protestos não se encontra no Arquivo Municipal de Palmela (onde possivelmente existiria uma cópia) uma vez que, com a extinção do concelho o Arquivo da autarquia saiu de Palmela e integrou o Arquivo de Setúbal, tendo em 1910 tragicamente ardido no fogo que destruiu os Paços do Concelho dessa cidade.

O Dr. António Matos Fortuna consultou, no Arquivo Histórico Parlamentar, as Exposições /Abaixo-assinados enviados aos Deputados da Nação Portuguesa e divulgou-os (transcrevendo-os ou reproduzindo-os) na publicação “Extinção e Restauração do concelho: um combate singularmente duro” (Fortuna, A. Matos, 1995).

Exposição aos “Senhores Deputados da Nação Portuguesa” - 22 de Abril de 1843

Esta primeira exposição é a consequência da proposta feita às cortes por um grupo de habitantes de Setúbal em 1842, que versava a extinção do concelho de Palmela e integração do seu território no concelho de Setúbal. Conta com 130 assinaturas.

Rebatendo os motivos apresentados pelos setubalenses um por um e ilustrando a petição com os fatos da sua história e do seu relacionamento com Setúbal, refere:

“As inovações são algumas vezes úteis e necessárias quando vem com elas o bem geral do estado. Mas quando elas são feitas unicamente em utilidade de poucos para satisfazer ambições particulares, tornam-se odiosas e são causas de reacções. O estado e a nação nada interessam na reunião dos dois concelhos e Palmela e Setúbal, porque os tributos nacionais pagos em Palmela vão para o tesouro; e a fatal experiência mostra que os pobres são mais exactos a pagar que os ricos.

Senhores, a murmuração já começou; a inquietação apareceu; os moradores do concelho de Palmela estremeceram ao ouvirem a injusta pretensão de alguns poucos de Setúbal. O desgosto geral e a ansiedade são a ordem do dia no concelho de Palmela. Os povos de ambos os concelhos desta vila e de Setúbal em geral estão contentes e acostumados aos antigos limites que os dividem. A injusta pretensão dos signatários prova que nem ao menos tem o cunho de política; porque o povo inteiro de Setúbal, e a sua municipalidade, não têm em ânimo um projecto tão destruidor. Pelo contrário, acontece em Palmela aonde os clamores dos povos do seu concelho foram levados à Câmara Municipal por um grande número de pessoas, pedindo que esta reunisse com eles seus votos afim de rebaterem, por todos os meios plausíveis e legais e em carácter verdadeiramente político, a iníqua perseguição com que bem poucos de Setúbal pretendem esmagar este infeliz concelho.” (transcrição em Fortuna, 1995, pp. 46-53)

Exposição aos “Senhores Deputados às Cortes da Nação Portuguesa” - 31 de Janeiro de 1855

Novamente, reagindo ao veredicto da Junta Geral do Distrito que anunciava a extinção, a Câmara apresenta nova exposição:

“A Câmara Municipal do célebre e antigo concelho de Palmela tão possuída de respeito como penetrada de dor vem até ao centro do santuário das leis erguer a sua débil voz e protestar de maneira mais solene contra o injusto procedimento que a Junta Geral do Distrito de Lisboa praticou em sessão extraordinária do mês de Outubro, no qual fulminou um raio destruidor e de morte contra o desgraçado Concelho de Palmela. (...) Quando se tira a qualquer povoação a propriedade do seu município para a dar a uma outra povoação rica, ofende-se o sagrado direito da mesma propriedade e as justas regras da mais sólida justiça; então se arruinam as antigas instituições, assim como o pacto que preside nelas; e o domínio nulamente assim adquirido torna-se de uma natureza elástica: perdida a boa fé, acabou a sociedade.” (transcrição em Fortuna, 1995, pp. 57-65)

Após a extinção novos Abaixo assinados datados de 11 de Março de 1856 e de 18 de Maio de 1860, são enviados, este último pela Junta de Paróquia (Fortuna, 1995, pp. 67-75). Depois da implantação da República, a exposição feita em 1914 é mais veemente, contando com 337 assinaturas e apresentando uma proposta de “Projecto de Lei”. Pede a Restauração do Concelho de Palmela justificada agora pela sua evolução socioeconómica:

Exposição aos “Exmos. Senhores Deputados da Nação” – 1914

“Se esse diploma, que sacrificou a sua autonomia, se poderia justificar então, hoje, devido ao maravilhoso aumento da sua população e riqueza, a privação das suas regalias municipais representaria a maior das iniquidades. (...) tendo a população de facto 13.318 habitantes (...) rendimento colectável é hoje de 161.189\$10 (...) De impostos municipais pagámos no ano último a importante verba de 6.255\$81 (...)” (transcrição em Fortuna, 1995, pp. 80-83)

O deputado Joaquim Brandão apoia esta pretensão e inicia-se o processo com vista à Restauração, com a elaboração do projeto-lei n.º 316-A de 22 de Junho de 1914, que conta com pareceres favoráveis mas nunca é homologado. Em 1921 o “Movimento Pró-concelho de Palmela” liderado por Joaquim José de Carvalho promoveu um referendo, com o resultado favorável à restauração do concelho, que conta com 433 participantes; e insiste na conclusão daquele processo. Mas só em 1926, contando com proximidades familiares e de amizade, a comissão consegue o apoio do General Amílcar Mota que apresentará a Comissão ao Vice-almirante Jaime Afreixo, Ministro do Interior. (Fortuna, 1995, pp. 84-91)

Joaquim José de Carvalho na referida publicação “A Vila de Palmela” reproduz as palavras do Ministro:

“Casos desta natureza honra muito quem os patrocina, decididamente que concordo em absoluto com a vossa pretensão, ela é tão razoável e justa que merece toda a minha simpatia, toda a minha aprovação; no primeiro conselho de ministros eu serei o vosso paladino e Palmela há-de recuperar a sua autonomia.” (1930, p. s/n)

O último abaixo-assinado é redigido e enviado ao Ministro do Interior:

Exposição ao Ministro do Interior – 18 de Outubro de 1926

“Sendo programa do governo que presentemente preside aos destinos da nação, promover o engrandecimento da república, praticando uma grande obra nacional e baseando a força do poder nas instituições locais dignificadas e robustecidas, os signatários esperam de vossa excelência a satisfação dos desejos dum povo que, tudo dando à pátria em esforço e sacrifício, nada mais lhe pede que a carta da maioridade, que de direito lhe pertence e de que, bem injustamente, tem estado esbulhado durante dezenas de anos.” (reproduzido em Fortuna, 1995, pp. 133-144)

O processo completa-se.

Despacho do Ministro do Interior Jaime Afreixo – 01 de Novembro de 1926

“Lavre-se o decreto criando o concelho de Palmela com as freguesias de S. Pedro de Palmela e de Marateca. 1.XI.26. J. Afreixo” (reproduzido em Fortuna, 1995, p. 146)

A 8 de Novembro de 1926 é publicado o Decreto n.º 12615 que restaura o concelho de Palmela.

Joaquim José de Carvalho refere na publicação “A Vila de Palmela”:

“Radiante uma nova aurora despontou. O sol nasce agora mais suave e formoso do que nunca; espalha-se dardejante pelas colinas e mergulha-se sobre a beleza infinita da paisagem. (...) Foi um delírio indescritível. (...) é um povo que se liberta.” (1930, pp. s/n)

A partir daí, muito havia a fazer. Os restauradores integravam agora a Comissão Administrativa do Concelho de Palmela, a Administração do Concelho ou própria organização.

A 21 de Novembro de 1926 o 1.º Livro de Atas da CMP (PT/AMPLM/CMPLM/A/A/01/01 Atas da Comissão Administrativa 21/11/1926 - 29/12/1927) regista:

Auto de juramento e posse da Comissão Administrativa do Concelho de Palmela.

O presidente eleito Joaquim José de Carvalho:

“(…) agradeceu a todos os seus colegas a distinção que acabavam de conferir-lhe e julgava imerecida por lhe faltar a competencia para o bom desempenho de tão ardua missão, mas que, por isso mesmo, procuraria suprir, em parte, essa falta com a melhor boa vontade de acartar e contando de antemão com o valioso e dedicado auxilio dos seus colegas e colaboradores.” (21/11/1926, p. 1v)

Na Ata da primeira sessão ordinária da Comissão Administrativa do Concelho de Palmela:

“(…) o senhor Presidente propôs, sendo aprovado por unanimidade, que fossem enviados telegramas de saudação aos excelentíssimos ministros do Interior e da Marinha, Governador Civil, general Amilcar Mota e Câmara Municipal de Setubal.” (22/11/1926, p. 4)

Nas Atas do primeiro ano de administração, destacam-se algumas medidas /preocupações:

“(…) corpo de fiscalização (...)” (22/11/1926, pp. 3-3v)

“(…) adquirir algum material primário e indispensavel como sejam umas secretárias, alguns utensilios de escritorio e impressos, iluminação da sala, etc.” (22/11/1926, p. 4)

“(…) delimitação de Palmela com Setubal e com a Moita (...)” (25/11/1926, p. 5)

Instalações: “(...) que se officie ao senhor Comandante da Guarda Nacional Républicana em Setubal, rogando o favôr das suas diligencias no sentido de ser cedida para instalações municipaes a sala actualmente ocupada pela Camarata do sub-posto da Guarda Nacional Républicana desta vila; (...)” (25/11/1926, pp. 5-5v)

Obras: “(...) que se officie ao senhor Chefe de Conservação pedindo-lhe a reparação das estradas que dão acesso a esta vila, especialmente o ramal do cemiterio antes da feira anual; (...)” (25/11/1926, p. 5v)

“(…) veterinário (...)” (25/11/1926, p. 5v)

Instalação de serviços públicos: “(...) oportunamente que se officie ao Director Geral de Finanças do Districto logo que haja casa para instalação conveniente dos serviços de Finanças, solicitando-lhe as providencias conducentes á rápida transferencia daqueles serviços, de Setubal para esta vila;” (25/11/1926, p. 6)

“(…) taxas (...)” (25/11/1926, p. 6)

“O senhor Presidente rectificando uma sua anterior afirmação de que - “não contribuiria senão em casos extraordinários, para o agravamento de impostos” - esclarece que há um género importado, os refrigerantes, que neste concelho gosaram sempre de um privilégio em detrimento de um producto nosso, o vinho, ao qual, durante o verão, fazem grande concorrência. Propunha, por isso, que os refrigerantes fossem tributados com vinte centavos em litro. Aprovado.” (25/11/1926, pp. 6-6v)

“(…) assistência médica (...)” (09/12/1926, pp. 9-10)

Levantamento de necessidades: “(...) o vogal senhor Parreira propôs que a Camara visitasse num dos próximos dias e com meio de transporte de conta própria dos vereadores, os sitios de Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Aguas de Moura e Poceirão, afim de se conhecer as necessidades mais urgentes desses sitios, de maneira a serem contempladas no orçamento em elaboração.” (30/12/1926, p. 14)

“(…) ordenados do pessoal (...)” (31/12/1926, p. 15)

“(…) iluminação pública (...)” (17/02/1927, pp. 24v-25)

Esplanada do Castelo: “Comunicou o senhor Presidente que estando anunciada para os dias vinte e um a vinte e tres a arrematação por tres anos das pastagens da Esplanada do Castelo, officiou ao Ministério da Guerra, á Sociedade Propaganda de Portugal e ao Comandante de infantaria onze a ver se podia obstar a esse inconveniente pelo menos em parte, isto é, para que a arrematação se não fizesse por periodo superior a um ano pois que nessa altura já a Camara talvez podesse promover a arborização da mesma Esplanada; aspiração esta já tão velha como a da restauração do Concelho. Uma está consumada. Falta a outra.” (17/02/1927, pp. 25-25v)

Hino: “O senhor Presidente apresentou um hino da auctoria do maestro Laurentino Serra e Moura, gentilmente oferecido a esta Câmara Municipal para Hino do Concelho de Palmela. Declara que o hino já foi ensaiado e executado publicamente pela Sociedade Filarmonica Humanitaria de que o senhor Serra e Moura é regente, tendo sido ouvido com geral agrado. Propõe, por isso que o mesmo hino seja adoptado por esta Câmara como hino Oficial do Concelho de Palmela. Aprovado por unanimidade. Consequentemente, propõe mais o senhor Presidente que se comunique esta resolução ao auctor do Hino e agradecendo-lhe a oferta da partitura, igual comunicação devendo fazer-se a todas as filarmônicas do concelho, juntando-se-lhe copia da partitura; aprovado.” (05/05/1927, pp. 42v-43)

Preparativos para a visita do Governador Civil, Ministro Jaime Afreixo e General Amílcar Mota: “O senhor Presidente comunica que no próximo dia quinze ás dezeseis horas, realiza-se a visita oficial a este concelho, do Excelentissimo Governador Civil do Districto seguindo-se no domingo imediato, vinte e dois de Maio, a visita tambem oficial de alguns ilustres ministros. Mostra a conveniencia da Camara se preparar para receber condignamente os ilustres visitantes, não se poupando a sacrificios se tanto fôr necessário pois que, em presença das manifestações que noutras terras tem sido feitas em idênticas circunstancias, nós não devemos ficar àquém por ser-mos dos que mais devemos á actual situação. Porisso entende que além do mais devemos oferecer ao Excelentissimo Governador Civil e comitiva um copo dagua e no domingo imediato aos ilustres ministros e General Amilcar Mota um banquete. Uma festa, enfim, que nos não envergonhe e para cuja colaboração convidemos todas as colectividades do concelho. E, como homenagem especial aos dois homens ilustres a quem se deve a restauração do concelho, os Excelentissimos senhores Jaime Afreixo, Ministro da Marinha e General Amílcar Mota, proponho que o nome do primeiro seja dado á rua Miguel Bombarda, passando o nome deste ilustre médico para outra rua onde brevemente se fará a substituição do actual nome, e o nome do segundo seja dado á Avenida da República, antiga rua Nova de São João, pois que, em homenagem ás instituições republicanas já temos o Largo Cinco de Outubro.” (05/05/1927, pp. 43-43v)

Lugares no funcionalismo: “(...) que os lugares de todo o funcionalismo municipal sejam postos a concurso.” (05/05/1927, p. 44)

Turismo: “Em seguida o senhor Presidente apresentou a seguinte proposta que foi aprovada e mandada arquivar na acta: “Considerando que Palmela, pela sua situação geográfica, incontestavelmente se encontra no centro de uma importantissima região de turismo; Considerando que Palmela, já pela fertilidade dos seus terrenos, como pelos encantos da sua soberba vista panorâmica e ainda pela amenidade do seu clima, possui como nenhuma outra terra áquem do Tejo e bem poucas do nosso Paiz, condições para ser uma bela e magestosa estancia de Turismo; Considerando que estão bem constatadas essas boas condições porquanto é bem evidente a afluencia sempre crescente de turistas a esta Terra, uns passando aqui esta quadra do ano e outros que após a sua chegada com mágua se retiram por não encontrar aqui comodidades e conforto; Considerando que, tanto no estrangeiro como já em Portugal o Turismo está promovendo de uma maneira colossal o progresso e riqueza das localidades onde se instala; Considerando mais que Palmela não pode nem tem o direito de continuar por mais tempo obscurecida nem de permanecer alheia a um ridente futuro; Considerando tambem que Palmela tem obrigação moral de modificar as suas condições e costumes, já pelo acima exposto como tambem pela categoria a que há pouco foi elevada; e Considerando especialmente que a Câmara Municipal tem o dever e a intenção de promover tanto quanto possível a riqueza e progresso local: Proponho que a Camara Municipal sem demora elabore um plano de melhoramentos, a efectivar dentro do mais curto espaço de tempo, iniciando esses trabalhos pelo contrato com um engenheiro de reconhecida competencia técnica, para levantamento da planta da Vila, a qual reputo de indispensavel para a execução dos mesmos. Palmela, onze de Agosto de mil nove centos vinte e sete. (a) Joaquim José de Carvalho.” (11/08/1927, pp. 64v-65)

Dia feriado e festejos 1.º aniversário da Restauração do concelho: “Seguidamente o senhor Presidente diz estar a aproximar-se o aniversario da restauração do nosso concelho e ser necessário resolver qualquer coisa para sua comemoração. Sabem os seus colegas que as Câmaras podem escolher privativamente um dia feriado. Assim e havendo tres dias, para nós de gratas recordações, entre os quaes deve ser escolhido um para dia feriado, lembra aos seus colegas a necessidade de se pronunciarem em tal sentido para que já na presente sessão fique resolvido qual deve ser o dia feriado. Como os seus colegas muito bem sabem, o decreto de restauração do nosso concelho, foi assinado no dia primeiro de Novembro de (1926) mil nove centos vinte e seis, foi publicado em oito e entrou em vigor a onze do mesmo mez. Deseja por isso ouvir os seus colegas sobre qual deverá ser escolhido o dia. Trocadas impressões entre os senhores vereadores, foi resolvido escolher para dia feriado do concelho o dia primeiro de Novembro de cada ano por passar nesse dia o aniversario da assinatura do Decreto numero doze mil seis centos e quinze devendo dar-se desta resolução o necessário conhecimento a todas as entidades officiaes e particulares.” (29/09/1927, pp. 75v-76)

Festejos do 1.º aniversário da Restauração do concelho: “O Senhor Presidente aproveita a ocasião para declarar que a Câmara deve comemorar o aniversario da assinatura do Decreto de restauração do Concelho com alvorada, cerimonia da bandeira, sessão solene e iluminações do edificio municipal. A sociedade Humanitaria já se ofereceu para dar um concerto nesse dia. Como estas coisas trazem sempre despezas, precisa que os seus colegas auctorizem as verbas necessárias, tanto mais que devemos na vespera á noite oferecer um bodo aos pobre do concelho. Trocadas impressões sobre o assunto fôram auctorizadas todas as despezas necessarias.” (20/10/1927, pp. 84-84v)

Festejos do 1.º aniversário da Restauração do concelho: “O senhor Presidente, antes de se encerrar a sessão congratula-se com o brilhantismo com que decorreram as comemorações do primeiro aniversario da assinatura do Decreto doze mil seis centos e quinze, propondo um reconhecido agradecimento a todas as pessoas e entidades que se dignaram tomar parte nas mesmas comemorações, nomeadamente a Sociedade Filarmónica Humanitaria que tanto concorreu para o brilhantismo atingido.” (03/11/1927, pp. 87v-88)

Muitos outros registos existem, e desde já fica o convite à sua consulta.

As funções de um Arquivo incluem recolher, conservar e disponibilizar documentos: que são evidência da história; que são prova e testemunho de acontecimentos; para quem queira investigar; para memória futura.

O Arquivo conta também com a colaboração da população – porque a recolha e a preservação do nosso passado coletivo é uma missão para a qual somos todos convocados.

Ângela Camolas Sousa
Técnica Superior
Arquivo Municipal de Palmela

(Este texto é uma adaptação da Comunicação feita nas Comemorações da Restauração do Concelho de Palmela em 01 de Novembro de 2011, organizadas pelo Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela)

Bibliografia:

Câmara Municipal de Palmela (1930). *A Vila de Palmela*. Palmela: Autor.

Fortuna, A. Matos (1995). *Extinção e restauração do concelho: um combate singularmente duro* (Vol. 3). (Monografia de Palmela). Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela

Fontes:

PT/AMPLM/CMPLM/A/A/01/01 Atas da Comissão Administrativa 21/11/1926 - 29/12/1927. Arquivo Municipal de Palmela.